WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO
19/09/2025 14:20

Ata da 2ª Reunião do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

1. Identificação da Reunião

Data	Horário	Local	Coordenador(a) da Reunião
15/09/2025	Início: 09h00 Término: 10h20	Sala de Reuniões da Presidência	Desembargador Wolney de Macedo Cordeiro

2. Objetivos da Reunião - Pauta

1. Proad 3922/2024 - Ato Normativo nº 0007227-65.2023.2.00.0000 - Resolução CNJ nº 553/2024 - Altera a Resolução CNJ nº 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Judiciário de 1º e 2º graus;
2. Proad 7202/2025 - Painel de acompanhamento da Resolução 219/2016 - https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWMzZDc1ZTItZTc3NC00ODdiLWFjNjUtYWJjMDFiMTQ4NzQ5IiwidCI6ImNjNjQ2NTg5LTkwYjctNDQ2Yi05MDIwLTVhOTY2MzBjMGEyMSJ9
3. Proposta do magistrado Marcelo Rodrigo Carniato (Presidente da Amatra-13) - que a formação em Direito seja preferencial, e não obrigatória, para os servidores designados a ocuparem as funções de assistentes de juiz

3. Participantes

Nome - Membros		Lotação / Cargo
1	WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO	Desembargador, Presidente do Comitê
2	ALEXANDRE ROQUE PINTO	Juiz Auxiliar da

		Vice-Presidência e Corregedoria
3	FERNANDO LUIZ DUARTE BARBOZA	Juiz do Trabalho Substituto
4	LINDINALDO SILVA MARINHO	Juiz do Trabalho Substituto
5	SOLANGE MACHADO CAVALCANTI	Juíza do Trabalho Titular
6	RODRIGO CAVALCANTE BARRETO	Servidor - Secretário da Corregedoria Regional
7	Talita Simões Leão	Servidora - Diretora de Secretaria da 6ª VT de Campina Grande
8	DAVID SANDRO GADELHA BARBOSA	Servidor - 9ª VT de João Pessoa
9	JOSÉ VALTER MEDEIROS CAMPELO	Servidor - 5ª VT de Campina Grande
Convidados		
1	Marcelo Rodrigo Carniato	Juiz do Trabalho Substituto, Presidente da Amatra
2	Sérgio Augusto Moreira Teixeira	Servidor - Presidente da Astra-13

* Em virtude das férias da magistrada Mariana Petit Horário de Brito, e da ausência da magistrada Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim, sua suplente direta, a magistrada Solange Machado Cavalcanti a substituiu na reunião.

4. Discussão

A reunião foi iniciada pelo Desembargador Wolney de Macedo Cordeiro, que apresentou a pauta e deu início às discussões.

Tópico 1: Proad 3922/2024

- **Exposição:** O magistrado Lindinaldo Silva Marinho fez uma exposição acerca da implementação da Resolução 219 do CNJ no âmbito deste Regional, notadamente acerca da equiparação dos cargos de assessoramento dos magistrados de 1º e 2º graus. O diagnóstico inicial aponta para a necessidade de criação de 59 CJs, e vários cenários foram analisados para viabilizar a criação desses cargos, considerando as limitações orçamentárias existentes. Foi considerada a possibilidade de aproveitar 30

CJs da área administrativa e convertê-las, mas essa solução por si só seria insuficiente, atingindo apenas metade do necessário. Destacou ainda o magistrado que mesmo houvesse a conversão de 20 cargos de nível CJ3 da área judiciária dos gabinetes do 2º grau, isso geraria apenas oito cargos de nível CJ1 para o 1º grau, o que seria insuficiente para resolver o problema.

- **Discussão:** Durante a reunião, o magistrado Fernando Luiz Duarte Barboza propôs que o acesso aos novos cargos fosse restrito aos servidores do Tribunal. O objetivo era utilizar 35% do valor dos cargos em comissão (CJ) para financiar a criação dos novos cargos. O desembargador Wolney de Macedo Cordeiro destacou a importância de respeitar esse limite prudencial, e o magistrado Lindinaldo Silva Marinha argumentou que a proposta de acesso restrito violaria a Resolução 219 do CNJ, que exige igualdade de acesso aos cargos de assessoramento tanto para o primeiro quanto para o segundo grau. Diante disso, o desembargador Wolney de Macedo Cordeiro sugeriu enviar à Administração uma proposta mais viável: transformar parte dos cargos vagos de técnico judiciário existentes no Tribunal em cargos (CJ) de assistente de juiz para o primeiro grau. O magistrado Marcelo Rodrigo Carniato manifestou seu apoio, afirmando que essa seria a única solução possível.

- **Deliberação:** O comitê deliberou por unanimidade que o magistrado Lindinaldo Silva Marinho irá apresentar um estudo para possibilitar a proposição de uma minuta de projeto de lei com a finalidade de transformar parte dos cargos vagos de técnico judiciário existentes no Tribunal em cargos (CJ) de assistente de juiz para o primeiro grau, além de criar três novos gabinetes para o 2º grau. Essa proposta será debatida na próxima reunião do comitê.

Tópico 2: Proad 7202/2025

- **Exposição:** O Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto, apresentou aos membros do comitê o BI em que consta o levantamento dos dados atualizados de ambos os graus de jurisdição para fins de acompanhamento da Resolução CNJ nº 219/2016, que auxiliará na busca de uma solução que melhor atenda os termos da Resolução CSJT nº 296/2021. No painel, é possível visualizar a situação do TRT da 13ª Região desde janeiro de 2023 até julho de 2025, semestralmente.

- **Deliberação:** A apresentação do sistema foi feita ao Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau, em cumprimento à recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho de 06/06/2024 (Ofício TRT13.SGP nº

242/2025, Proad 7202/2025). Como o objetivo era apenas dar conhecimento da matéria, não houve necessidade de deliberação.

Tópico 3: Proposta do magistrado Marcelo Rodrigo Carniato (Presidente da Amatra-13) - que a formação em Direito seja preferencial, e não obrigatória, para os servidores designados a ocuparem as funções de assistentes de juiz

- **Exposição:** O magistrado Marcelo Rodrigo Carniato expôs acerca da dificuldade de recrutar servidores para ocuparem a função de assistente de juiz no 1º grau, razão porque a Amatra propõe a alteração do art. 87 do Regulamento Geral do TRT13, para que tal função comissionada seja "preferencialmente" provida por portadores do título de bacharel em Direito.

- **Deliberação:** O comitê deliberou por unanimidade encaminhar à Presidência uma proposta de alteração do art. 87 do Regulamento Geral do TRT13 para permitir a flexibilização do provimento da função comissionada de assistente de juiz por servidores estudantes de Direito com pelo menos 50% (cinquenta por cento) do curso concluído e por servidores com título de pós-graduação *stricto sensu e lato sensu*.

5. Demais deliberações e encerramento

5.1. Ao final da reunião, o servidor David Sandro Gadelha Barbosa questionou a possibilidade de o TRT13 disponibilizar um novo programa de pós-graduação *lato sensu*, em vista da iminente aprovação do PL 3084/2025. Ele também ressaltou a necessidade de substituir os monitores de computador dos servidores do primeiro grau por telas maiores, tal qual foi realizado na 2ª instância, considerando o envelhecimento do quadro de servidores, com o consequente acometimento de problemas de visão.

5.2. O comitê deliberou por unanimidade que o servidor David Sandro Gadelha Barbosa irá apresentar, na próxima reunião, uma proposta para possibilitar tais requerimentos.

5.3. O comitê ainda deliberou que a data da próxima reunião será o dia 27/10/2025, às 09h00.

5.4. Sem mais deliberações, a reunião foi encerrada às 10h20. A presente ata foi lavrada por mim, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário Executivo do Comitê, e segue assinada eletronicamente pelo Presidente do Comitê, Desembargador Wolney de Macedo Cordeiro,

para que produza os devidos efeitos.

João Pessoa, 15 de setembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO
Desembargador Presidente do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau
(assinado eletronicamente)